

RAÍZES DO TERRITÓRIO: MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E DIÁLOGO DE SABERES NA COMUNIDADE INDÍGENA SAGI JACU

Roots of territory: Participatory mapping and knowledge dialogue in the Sagi Jacu Indigenous community

Larícia Gomes Soares

Licenciada em Geografia, Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

laricia.gomes.121@ufrn.edu.br

Juliana Felipe Farias

Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no

Mestrado Profissional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

juliana.farias@ufrn.br

Recebido: 09/05/2024

Aceito: 26/10/2024

Resumo

A ligação essencial entre seres humanos e o meio ambiente perdura ao longo dos tempos, e as comunidades tradicionais desempenham um papel crucial no uso responsável dos recursos naturais. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar o mapeamento participativo da Aldeia Sagi Jacu, localizada em Baía Formosa, no estado do Rio Grande do Norte (RN), Nordeste brasileiro, com ênfase nas potencialidades socioambientais e nos problemas locais. Este mapeamento, orientado pela Cartografia Social, proporciona um espaço de diálogo e estabelece uma base para projetos e estratégias voltadas para o uso e manejo sustentável dos recursos naturais do território. Metodologicamente, o estudo se apoia na tríade investigação-ação-participação, seguindo as fases da Cartografia Social, desde o contato inicial com a comunidade até a entrega do mapa. A investigação foi estruturada com base nas perguntas "O que temos?", "O que queremos?" e "Como melhorar?". Os resultados revelam a compreensão coletiva das necessidades da aldeia e buscam gerar propostas de mitigação mais participativas. Além disso, os mapas produzidos não são apenas representações geográficas, mas expressam a identidade e as aspirações da comunidade por um futuro mais sustentável.

Palavras-chave: Mapeamento participativo, Aldeia Jacu, Potencialidades, Problemas.

Abstract

The connection between humans and the environment endures over time, and traditional communities play a crucial role in the responsible use of natural resources. Accordingly, this article aims to present the participatory mapping of Sagi Jacu Village, located in Baía Formosa, in Rio Grande do Norte (RN), northeastern Brazil, emphasising socio-environmental potentialities and local issues. This mapping, guided by Social Cartography, provides a space for dialogue and establishes a foundation for projects and strategies focused on the sustainable use and management of the territory's natural resources. Methodologically, the study relies on the investigation-action-participation triad, following the

stages of Social Cartography, from the initial contact with the community to the delivery of the map. The investigation was structured around the questions "What do we have?", "What do we want?" and "How can we improve?" The results reveal the collective understanding of the village's needs and aim to generate more participatory mitigation proposals. Furthermore, the maps produced are not merely geographical representations but express the community's identity and aspirations for a more sustainable future.

Keywords: Participatory mapping, Jacu village, potentialities, problems.

1. INTRODUÇÃO

A relação intrínseca entre a humanidade e a natureza tem perdurado ao longo dos tempos, sendo as comunidades tradicionais um pilar importante na preservação e uso sustentável dos recursos naturais. Essas comunidades não apenas mantêm práticas que promovem um maior equilíbrio ambiental, mas também possuem um profundo conhecimento sobre a gestão responsável dos territórios que habitam.

Com base nisso, este artigo tem como objetivo apresentar o mapeamento participativo da aldeia Sagi Jacu, localizada em Baía Formosa, no estado do Rio Grande do Norte, Nordeste brasileiro. Orientado pela Cartografia Social (CS), o mapeamento evidencia as potencialidades socioambientais da aldeia e os desafios locais, com o propósito de contribuir para o planejamento de estratégias sustentáveis de manejo dos recursos naturais e mitigação de problemas.

Verifica-se que no Brasil, as comunidades tradicionais incluem uma diversidade de grupos, como seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, quilombolas, ciganos, raizeiros, comunidades de terreiro, comunidades de fundo de pasto, faxinais e pantaneiros (Brasil, 2007). Entre esses grupos, os povos indígenas se destacam por sua relação notável com a gestão dos recursos naturais, cujas tradições ancestrais desempenham um papel fundamental na preservação ambiental e na convivência harmoniosa com o meio ambiente.

A coleta responsável de plantas medicinais, a adoção de práticas agrícolas de baixo impacto e o manejo florestal sustentável são exemplos que ilustram como as práticas culturais indígenas estão profundamente entrelaçadas com a gestão dos recursos naturais. Conforme Albagli (2005) aponta, essas populações são guardiãs do patrimônio biogenético do planeta.

Em 2007, o decreto federal 6.040, de 7 de fevereiro, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo esses grupos como social e culturalmente distintos, vinculados a territórios específicos e

beneficiários dos recursos naturais locais. O objetivo dessa política é garantir a perpetuação das práticas culturais, sociais, religiosas e econômicas dessas comunidades ao longo das gerações (Brasil, 2007).

Nesse contexto, Saquet (2008) observa que a concepção contemporânea de território incorpora dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais. Silva *et al.* (2021) ressaltam a importância de compreender os territórios comunitários a partir de suas próprias perspectivas, destacando as relações sociais e formas específicas de controle e domínio. A paisagem, por sua vez, reflete a interação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos, em constante transformação, como afirma Bertrand (1972). Os territórios habitados por essas comunidades estão diretamente conectados aos recursos naturais materializados na paisagem. Suas decisões conscientes sobre a obtenção e o uso desses recursos resultam em impactos ambientais mínimos, fortalecendo, assim, sua conexão com o ambiente (Begossi; Hanazaki; Silvano, 2002).

Isso poderia levar ao estabelecimento de zoneamentos e propostas que atuem como um fio condutor, integrando os impactos sociais de sustentação de modelos alternativos de desenvolvimento. Desse modo, o meio ambiente não seria visto nem como mera "oportunidade de negócios", nem como uma "camisa de força restritiva" ao desenvolvimento, mas sim como uma instância de construção territorializada de justiça (Acselrad, 2000).

Nesse cenário, a Cartografia Social surge como uma ferramenta valiosa para expressar o conhecimento popular, simbólico e cultural, sendo aplicada para mapear territórios tradicionais e atuar como instrumento de planejamento e transformação social (Gorayeb; Meireles; Silva, 2015; Costa *et al.*, 2016). Isso é particularmente relevante no caso das comunidades indígenas, que enfrentam pressões crescentes de empreendimentos imobiliários, contaminação ambiental e desmatamento, como ocorre na aldeia Sagi Jacu, habitada pelo povo potiguara, em Baía Formosa (Cavignac; Alveal, 2020).

Atualmente, a aldeia Sagi Jacu se sustenta com base na pesca artesanal, na coleta de frutas e na agricultura de subsistência, cultivando feijão, batata, mandioca e milho. A comunidade luta para garantir sua permanência no território tradicionalmente ocupado, com base em documentos históricos e tradições orais. Esse esforço contínuo visa preservar não apenas seus modos de vida, mas também a integridade do ambiente que os sustenta.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do conhecimento por meio da metodologia científica é comparável a um guia que delinea o caminho de estudo a ser seguido, visando atingir um entendimento aprofundado e fundamentado. Segundo Praça (2015, p. 73), a metodologia é "o caminho que nos conduz ao saber alcançado", proporcionando uma estrutura lógica e sistemática para explorar questões complexas.

Dessa maneira, a Cartografia Social, como apresentada por Almeida (2018) e Soares (2024) emerge como uma ferramenta metodológica robusta e analítica. Sua aplicação resulta na criação de mapas sociais, seguindo etapas metodológicas bem definidas. A Figura 1 representa esse percurso metodológico.

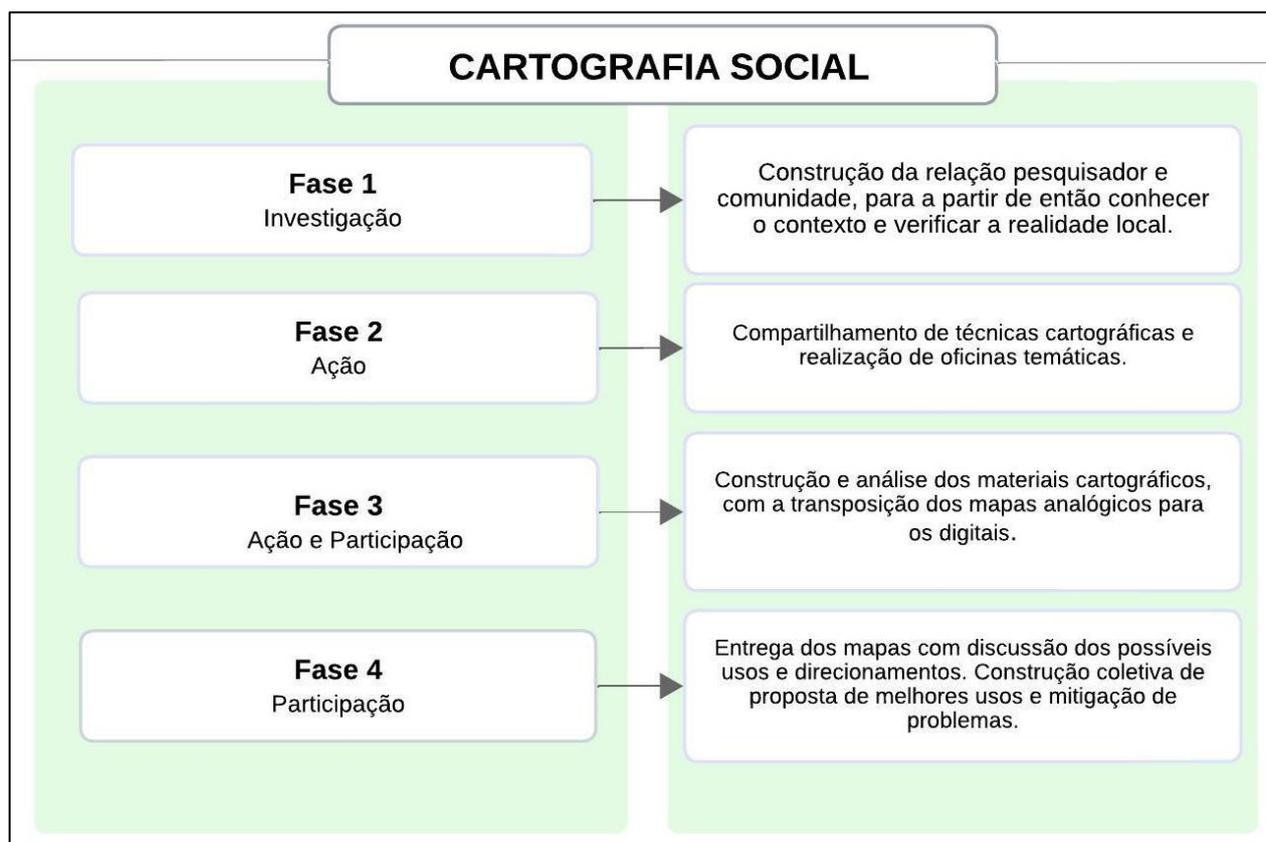


Figura 1 – Percurso metodológico da Cartografia Social

Fonte: Adaptado de Almeida (2018) e Soares (2024).

As quatro fases, então alinhadas a tríade *investigação-ação-participação*. Na primeira fase, o objetivo é estabelecer uma conexão entre o pesquisador e a comunidade estudada, permitindo uma compreensão mais profunda do contexto local. A investigação serve como ponto de partida para explorar as preocupações e necessidades da comunidade, como exemplificado no caso da aldeia Sagi Jacu.

Na segunda fase, a ação assume protagonismo. Destaca-se o compartilhamento de técnicas cartográficas e de imagens de satélite da área ocupada pela aldeia. Essa etapa permitiu apresentar o conceito de mapa, sua finalidade e como pode ser elaborado de forma colaborativa. O conhecimento adquirido na fase de investigação tem o potencial de impulsionar ações concretas.

A terceira fase concentra-se na construção e análise dos materiais cartográficos, promovendo a transição dos mapas analógicos para os digitais. O processo se inicia com a criação colaborativa de um mapeamento participativo analógico, seguindo métodos tradicionais de representação geográfica manual. Posteriormente, os dados desse mapeamento são transferidos para um ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), resultando em mapas digitais.

Esse processo envolve o uso de tecnologias computacionais e ferramentas de SIG para a edição e análise dos mapas. A transferência dos dados inclui o registro das coordenadas dos pontos identificados durante visitas de campo, utilizando o aplicativo GPS Essentials. Em seguida, os pontos são convertidos do formato KML para o ambiente de SIG, transformados em Shapefiles e corrigidos quanto ao Datum. Esses pontos são então plotados em um mapa base, que utiliza a mesma imagem de satélite empregada no mapeamento participativo analógico.

Nessa fase, também ocorre a digitalização dos símbolos cartográficos, utilizando fontes previamente criadas pelo grupo para converter os mapas do formato analógico para o digital. A colaboração entre os processos de ação e participação se intensifica nesse estágio, unindo esforços para alcançar uma representação cartográfica precisa e acessível.

Na quarta fase, o foco recai sobre a entrega do mapa à comunidade indígena Sagi Jacu, um momento crucial de interação. Esse processo fomenta discussões importantes sobre as possíveis aplicações do mapa. A troca entre pesquisador e comunidade finaliza o ciclo, reforçando a importância da participação colaborativa e do compartilhamento de conhecimento. Além disso, essa etapa foi dedicada a uma discussão coletiva, na qual, por meio de um brainstorming (tempestade de ideias), foi elaborada uma proposta conjunta de melhorias para a aldeia Sagi Jacu. A proposta reuniu sugestões voltadas tanto para a mitigação de problemas quanto para o incentivo às potencialidades socioambientais.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1. Cartografia Social como Instrumento de Voz e Visibilidade

A evolução da Cartografia Social teve suas raízes nas décadas de 1950 e 1960, com origens no Canadá e no Alasca. Geógrafos pioneiros, motivados pela necessidade de reivindicar os direitos territoriais das populações nativas e indígenas canadenses, deram início a esse movimento (Chapin *et al.*, 2005 apud Soares, 2024). No entanto, foi na década de 1990 que o mapeamento participativo ganhou projeção global, trazendo uma nova dimensão à representação espacial.

No contexto brasileiro, as investigações intrínsecas à Cartografia Social apresentam um panorama diversificado, materializando-se em três centros de destaque. O primeiro deles relaciona-se ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Este projeto assumiu um papel importante ao incorporar a riqueza e a complexidade da Amazônia, explorando as relações entre as comunidades locais e os desafios subjacentes ao desenvolvimento sustentável. Acarretando a criação e desenvolvimento de áreas de proteção, notadamente as unidades de conservação, incluindo reservas extrativistas e áreas de manejo florestal. (Acselrad; Coli 2008)

O segundo polo de grande relevância é o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse contexto, a Cartografia Social tem sido central na análise das complexidades urbanas e regionais. A intersecção com os Planos Diretores municipais e a promulgação do Estatuto da Cidade reforçou ainda mais essa abordagem, que defende uma gestão urbana democrática e o diálogo com a sociedade na formulação de políticas públicas.

O terceiro polo está ligado ao Laboratório de Geoprocessamento do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esse laboratório se destaca por estudos que evidenciam os conflitos envolvendo comunidades tradicionais e a expansão da energia eólica (Landim Neto; Costa; Silva, 2016). Dessa forma, emerge uma rede dinâmica de investigação e diversificação das formas de representação espacial, com o surgimento de novas tecnologias e "sujeitos mapeadores". Isso resultou na consolidação de um campo de representação cartográfica que promove interações entre diferentes linguagens de mapeamento e práticas territoriais, além de legitimar novos agentes na representação cartográfica e sua influência sobre o território e a paisagem (Acselrad, 2013).

Acselrad (2013), ao fazer um balanço das experiências brasileiras identificadas em suas pesquisas até então, afirma:

As experiências de Cartografia Social [participativa] formam um campo em constante construção que vem, nos últimos 15 anos, promovendo a relativização do sentido oficial de se construir mapas e contribuindo para a ressamantização do termo cartografia atualmente em jogo. (...) Apesar de suas distinções conceituas e metodológicas, a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (Acselrad, 2013, p.16-17).

Adicionalmente, sobre o mapeamento participativo social, Vázquez e Massera (2012, p. 98) observam que:

Los mapas sociales presentan información espacial a distintas escalas. Pueden representar información detallada del trazado y la infraestructura de una localidad (rutas, caminos, medios de transporte, ubicación de viviendas); y también se pueden usar para representar una zona amplia (diferentes usos del suelo de una zona, distribución de los recursos naturales). Éstos no se limitan a exponer información sobre las características distintivas geográficas; también pueden ilustrar importantes conocimientos sociales, culturales e históricos, incluyendo, por ejemplo, información sobre el uso y ocupación de la tierra, demografía, grupos etnolingüísticos, salud, distribución de la riqueza, entre algunos de los temas.

Dessa maneira, a Cartografia Social configura-se como uma ferramenta que utiliza mapas e técnicas de mapeamento para dar voz e visibilidade a grupos e comunidades marginalizados ou excluídos pela sociedade. De acordo com Soares (2024), seu objetivo é registrar e representar as experiências, conhecimentos e práticas desses grupos, permitindo que suas realidades sejam reconhecidas e suas vozes, ouvidas. Logo, é possível mapear e analisar conflitos socioambientais, lutas por direitos, práticas tradicionais e demandas de diferentes grupos. A abordagem é baseada em métodos participativos, que envolvem a colaboração ativa dos membros das comunidades no processo de mapeamento.

Assim, além de ser uma ferramenta de pesquisa e registro, a Cartografia Social também se configura como um instrumento de resistência e luta. Ao dar visibilidade às questões enfrentadas por esses grupos, ela contribui para a formulação de políticas públicas que reconheçam e valorizem suas práticas e necessidades.

3.2. Povos Originários e Métodos Tradicionais de Gestão de Recursos Naturais: Sustentabilidade, Práticas Culturais e Bem-Estar

A história da invasão e colonização de *Abya Yala*¹ a partir de 1492 marcou o início da implantação do sistema econômico capitalista, baseado na exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais (Colaço, 2003 apud Quadros; Facco; Santos, 2022). Os povos indígenas foram inicialmente submetidos a essa exploração, seguidos pelas pessoas escravizadas trazidas da África.

Apesar de séculos de exploração e opressão, os povos indígenas conseguiram preservar seus conhecimentos ancestrais. Um exemplo notável é o dos Povos Guarani e Kaiowá, que veem a atividade agrícola como um momento de prazer, em contraste com a perspectiva ocidental, que encara o território como um recurso econômico e a agricultura como trabalho árduo (Peralta, 2017). Peralta ainda destaca o conceito nativo de “Teko Porã, Teko Joja, Teko Johaihu, Teko Ivyha”, que expressa um modo de vida baseado no amor e na felicidade.

Menezes (2006), por sua vez, ilustra, através de relatos de povos indígenas, a profunda relação entre eles e o território. Os mitos Guarani narram que a terra foi gerada a partir de um ser humano, conferindo-lhe uma dimensão humanizada. Embora não haja uma equiparação direta entre plantas, animais e humanos, existe uma noção de interação e cuidado nessa relação. A perspectiva indígena enfatiza uma escuta atenta à natureza, em busca de uma convivência harmoniosa e respeitosa.

Resgatar esses saberes e valores abre caminho para uma relação entre humanos e natureza que transcende a exploração, promovendo uma convivência consciente e integrada (Quadros; Facco; Santos, 2022, p.8). A incorporação desses conhecimentos indígenas não apenas enriquece nossa visão sobre o uso sustentável dos recursos naturais, mas também nos convida a reavaliar nossa conexão com o planeta.

O direito a um ambiente saudável é assegurado pelo artigo 225 da Constituição Federal, que afirma: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1998). Esse direito é transindividual, ou seja, vai além da perspectiva individual, conectando os cidadãos por meio do bem jurídico tutelado: o meio ambiente. Além disso, a

¹ Abya Yala é o termo que as organizações e instituições de povos indígenas adotaram para se referir ao continente americano, de acordo com o documento Povos Indígenas nas Américas (Abya Yala), publicado em 2017 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). (National Geographic Brasil, 2023).

preocupação ambiental está consolidada em diversos acordos internacionais e entendimentos globais.

A relação entre os conhecimentos tradicionais e o manejo de recursos naturais é explorada por Santos e Nunes Filho (2016), que destacam como cada comunidade desenvolve técnicas de manejo conforme a disponibilidade dos recursos nas áreas em que vivem, gerando rituais e modos de vida adaptados à abundância ou escassez. Assim, as particularidades dessas sociedades estão intrinsecamente ligadas aos seus territórios.

Nesse contexto, o manejo possibilita o uso sustentável dos recursos naturais, preservando, restaurando e maximizando seus benefícios sem esgotá-los. É sob essa ótica que os métodos tradicionais se destacam.

O predicado “tradicional” pode sugerir que os conhecimentos integrantes desta categoria de conhecimentos técnicos são transmitidos em formato “fossilizado”, desde tempos imemoriais. De fato, os conhecimentos tradicionais são difundidos, desde tempos imemoriais, pelas gerações mais velhas às mais jovens, em suas relações diárias. No entanto, o termo não deixa transparecer a atividade criativa contemporânea dos membros das comunidades tradicionais, que atualizam os conhecimentos antigos em face das demandas presentes. [...] Assim, seguindo as tradições de seus antepassados, estes grupos extraem seus meios de subsistência do meio ambiente natural em que vivem, sem lançar mão de recursos e tecnologias modernas (Santos; Nunes Filho, 2016, p.247).

Portanto, em um mundo enfrentando desafios ambientais cada vez mais extremos, a abordagem dos povos originários e seus métodos tradicionais de gestão de recursos naturais emerge como um guia rumo à sustentabilidade, práticas culturais enraizadas e bem-estar coletivo. No contexto das atuais questões ambientais, suas lições são cruciais para orientar a transição em direção a um futuro mais sustentável, culturalmente enriquecedor e alinhado com os princípios de responsabilidade e coexistência consciente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Mapeamento Participativo junto à Comunidade Indígena Sagi Jacu

Ao explorar o conceito de Cartografia Social, torna-se evidente a "emergência de uma disputa de interpretações do espaço, que se entrelaça com as próprias controvérsias territoriais", conforme observado por Acselrad (2008, p. 14). No entanto, os mapas resultantes dessas contendas e antagonismos não apenas revelam divergências, mas também têm o potencial de proporcionar "coerência à comunidade e reafirmar o valor do conhecimento ancestral, promovendo respeito pelas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais" (Colchester, 2002 apud Acselrad, 2008, p. 14).

Nesse contexto, destaca-se a aldeia Sagi Jacu, uma comunidade indígena localizada no distrito Sagi, em Baía Formosa (RN). O mapeamento participativo nessa área foi realizado em maio de 2023, na residência de um dos membros da aldeia. O grupo de participantes foi diverso, incluindo líderes como a Cacica, a matriarca e a rezadeira.

Para embasar o processo, foi utilizada uma imagem de satélite como referência cartográfica, com ênfase no território ocupado pela aldeia. Durante o encontro, constatou-se que a "cartografia dos povos" já estava presente no imaginário do grupo, sendo necessária apenas uma manifestação explícita durante o mapeamento propriamente dito, que ocorreu de forma participativa.

Preliminarmente, é importante ressaltar que a ocupação deste território remonta a tempos antigos, em decorrência das migrações de famílias indígenas Potiguara provenientes de outras áreas. Ao longo dos anos, essas terras passaram a ser ocupadas por pessoas que se autodenominam "proprietários", desencadeando uma luta pela permanência no território. A aldeia Sagi Jacu afirma sua sobrevivência por meio da resistência, tendo enfrentado mais de três décadas de batalhas para que a terra fosse reconhecida como sua. Atualmente, a aldeia abriga 43 famílias.

Os problemas territoriais e ambientais enfrentados pela comunidade revelam um cenário de profunda complexidade, enraizado na histórica disputa por terras e no embate entre o uso tradicional dos recursos naturais e as práticas econômicas externas, que visam à exploração intensiva. A análise dos impactos, consequências e dinâmicas envolvidas oferece uma visão mais detalhada e crítica sobre os desafios que afetam diretamente a sobrevivência e o bem-estar da aldeia Sagi Jacu.

Ao abordar a primeira pergunta norteadora da Cartografia Social – “O que temos (problemas e potencialidades)?” –, o grupo enfatizou que a situação atual da aldeia é resultado de um processo complexo, influenciado por múltiplos fatores, dentre eles, destaca-se a expansão do cultivo de cana-de-açúcar pela indústria canavieira, que cercou a aldeia com essa cultura sazonal. Além disso, a região é densamente ocupada por propriedades rurais, refletindo uma pressão evidente sobre o território.

Nesse contexto, um dos primeiros e mais alarmantes problemas enfrentados pela aldeia Sagi Jacu é a perda gradual de suas terras. Esse processo é resultado da ação de agentes econômicos externos, como usineiros e fazendeiros, que, ao longo dos anos, se apropriaram de partes significativas do território indígena. A ocupação por esses agentes está associada ao avanço da monocultura da cana-de-açúcar, que, além de gerar pressão

fundiária sobre as terras da comunidade, também traz severas consequências ambientais, afetando diretamente os modos de vida tradicionais.

Outro problema crítico destacado pela aldeia é a intervenção no curso do Rio Pau-brasil, com a construção de uma pequena ponte e a abertura de um canal derivado de uma vala² para desviar o curso das águas, beneficiando a carcinicultura. Essa intervenção, promovida por um empresário local, é emblemática e advém dos conflitos entre os interesses de grandes empreendimentos e as necessidades das comunidades tradicionais. A alteração no curso natural do rio gerou dois impactos significativos e duradouros.

Primeiramente, a diminuição do fluxo de água nas proximidades da aldeia afetou profundamente as atividades pesqueiras. A pesca, uma das principais fontes de subsistência da comunidade, foi drasticamente reduzida, uma vez que a baixa do nível da água comprometeu tanto a quantidade quanto a diversidade dos peixes disponíveis. Esse impacto não é apenas econômico, ele atinge diretamente a segurança alimentar da aldeia, que se vê privada de uma prática tradicional de subsistência, aumentando sua vulnerabilidade social.

Em contrapartida, durante determinados períodos do ano, a elevação do fluxo de água em áreas próximas à ponte tem causado inundações nas áreas de cultivo. Essas inundações têm consequências graves para a agricultura da comunidade, que já sofre com a redução das terras cultiváveis. A perda de colheitas não só diminui a produção agrícola, mas também afeta a capacidade da aldeia de manter práticas sustentáveis de cultivo, essenciais para a preservação dos saberes tradicionais e da autonomia alimentar.

Essas intervenções demonstram como as alterações nos regimes hídricos podem desequilibrar ecossistemas e comprometer o uso sustentável dos recursos pelas comunidades locais. O desvio do rio não só interfere na dinâmica natural das águas, mas também gera desequilíbrios ecológicos que afetam a flora e a fauna, essenciais para a manutenção da biodiversidade e da vida na aldeia.

Verifica-se ainda, outro problema de grande relevância, amplamente denunciado pela comunidade – a expansão da monocultura de cana-de-açúcar e o uso de agroquímicos. A área ao redor da aldeia tem sido progressivamente tomada por plantações voltadas para os interesses da indústria canavieira. Esse tipo de exploração agrícola caracteriza-se pela alta demanda por insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas,

² Escavação para receber as águas que escorrem dos terrenos adjacentes e conduzir para um dado ponto. (Priberam Dicionário, 2023)

que a comunidade denomina "agroveneno". O uso intensivo desses produtos tem provocado a contaminação gradual do solo e dos cursos d'água, afetando tanto a qualidade da terra quanto a potabilidade da água utilizada pela aldeia.

Os agroquímicos contaminam o solo de maneira duradoura, muitas vezes tornando-o impróprio para o cultivo de espécies nativas e tradicionais. Esse processo de degradação do solo tem impactos diretos na agricultura praticada pela comunidade, que depende de métodos sustentáveis e da rotação de culturas para garantir a continuidade de sua produção. A longo prazo, a contaminação do solo não apenas compromete a fertilidade da terra, mas também representa uma ameaça à saúde da população local, que pode estar exposta a resíduos químicos presentes nos alimentos e na água.

Além disso, o impacto da monocultura não se restringe ao uso de agroquímicos. A substituição de áreas de vegetação nativa por plantações de cana-de-açúcar tem causado a diminuição da biodiversidade, afetando espécies vegetais e animais. A comunidade relatou uma acentuada redução nas espécies de flora e fauna locais, resultado direto do desmatamento e da destruição de habitats naturais. Esse processo é agravado pela prática da caça sem controle, que contribui para o desequilíbrio ecológico e a extinção de espécies que antes faziam parte do cotidiano da aldeia.

Por fim, o último problema destacado foi a perda de terras sagradas. A área conhecida como "casa do açaí", que inclui um local de grande importância espiritual para a comunidade, foi vendida a terceiros sem o conhecimento ou consentimento da aldeia. Essa porção de terra contém o "poço da cobra", uma nascente considerada sagrada pelos habitantes locais. A venda dessa área não só representa uma perda material de território, mas também uma violação cultural e espiritual que afeta o senso de pertencimento da comunidade à sua terra ancestral.

As nascentes próximas à aldeia, como o "poço da cobra" e a "garganta de Zé Serafim", são elementos centrais na cosmovisão e nas práticas espirituais da comunidade Sagi Jacu. A apropriação dessas áreas por terceiros não apenas impede o acesso da aldeia a recursos hídricos, mas também desrespeita a importância simbólica e cultural desses locais. A sacralidade do território é um aspecto fundamental para muitas comunidades tradicionais, que veem a terra não apenas como um espaço físico, mas como um elemento essencial de sua identidade coletiva e espiritualidade.

Quanto as potencialidades do território da aldeia Sagi Jacu, nota-se que estas estão intimamente ligadas a diversidade físico-ambiental, cultural e simbólica, que não apenas moldam a identidade da comunidade, mas também oferecem alternativas sustentáveis para

a convivência com o meio ambiente. Um dos aspectos mais notáveis é a extração de madeira, realizada de maneira controlada. Essa prática não se limita apenas ao uso para construção de habitações coletivas e utensílios, mas também reflete uma tradição que prioriza o respeito à natureza. As técnicas de manejo florestal utilizadas são baseadas no conhecimento ancestral, que reconhece a importância de manter o equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos naturais para garantir a sustentabilidade das futuras gerações.

Além da extração sustentável de madeira, a aldeia implementa a replantação de mudas de espécies nativas, um esforço crucial para a conservação do ambiente local. Esse gesto simbólico e prático não só enriquece a biodiversidade, mas também reforça a identidade cultural, pois as espécies nativas estão frequentemente ligadas a histórias, rituais e práticas da comunidade. O cultivo de mudas não apenas serve para recuperar áreas degradadas, mas também propicia um espaço para a educação ambiental, onde os membros da comunidade, especialmente os jovens, aprendem sobre a importância da flora nativa e sua relação com o bem-estar da aldeia.

A agricultura familiar, fundamental para a subsistência da comunidade, se destaca pelas culturas cultivadas. Embora a aldeia tenha enfrentado transformações significativas nos últimos anos, práticas agrícolas tradicionais ainda são mantidas. O cultivo de feijão, milho, jerimum, batata-doce e, principalmente, mandioca, continua a ser vital para a alimentação e a economia local. A mandioca, por exemplo, não é apenas um alimento básico, ela é um elemento central na produção de iguarias como o beiju e a tapioca, que são consumidos dentro da comunidade e vendidos em feiras e mercados. Este ciclo de cultivo e consumo contribui para garantia da segurança alimentar e autonomia econômica da aldeia, criando uma rede de sustentabilidade que valoriza os produtos locais.

A atividade pesqueira, realizada em pequena escala, também é uma potencialidade importante. Mantendo as técnicas tradicionais de pesca, a comunidade se assegura de que suas práticas sejam ecologicamente responsáveis, respeitando os ciclos naturais e evitando a sobrepesca. Essa abordagem garante que os recursos hídricos sejam utilizados de forma consciente, preservando a biodiversidade aquática e assegurando que a pesca continue a ser uma fonte de alimento e renda. Essa sinergia entre pesca e agricultura é uma demonstração clara de como as práticas tradicionais se interconectam e se reforçam mutuamente, promovendo um estilo de vida harmonioso com o ambiente.

A preservação da cultura indígena é outra potencialidade que merece destaque. A aldeia Sagi Jacu mantém suas tradições vivas e as celebra com vigor. As noites de lua

cheia são momentos especiais em que os rituais, como o toré³ são realizados. Essas celebrações são acompanhadas de cânticos e danças que são passadas de geração em geração. Durante essas festividades, a prática de pinturas corporais assume um papel fundamental. Essas pinturas não são meramente decorativas, elas carregam significados profundos, simbolizando emoções, conexões espirituais e a história da comunidade. Essa expressão cultural reforça a identidade coletiva e serve como um meio de transmitir conhecimento e valores para as gerações mais jovens, garantindo a continuidade das tradições.

Outro aspecto essencial das potencialidades da aldeia é o uso de plantas medicinais, que se insere dentro de um contexto mais amplo de cuidado e respeito à saúde comunitária. O Quadro 1 apresenta exemplos dessas plantas empregadas na medicina tradicional dos povos originários e suas respectivas aplicações.

Quadro 1 – Plantas Mediciniais e Saberes Ancestrais da aldeia Sagi Jacu

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	USO E INDICAÇÕES
Erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i>	O chá é conhecido por seus efeitos calmantes e sedativos, além disso é muito utilizado para combater desconfortos estomacais.
Capim Santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	O chá é recomendado para o tratamento de insônia e problema de ansiedade, para o combate à febre e em casos de cólicas abdominais.
Coroa de Frade	<i>Melocactus zehntneri</i>	O chá é usado para tratar doenças nos rins e no intestino e o doce é utilizado para tratar as doenças da próstata.
Babosa	<i>Aloe vera</i>	Múltiplos usos. Conhecida por suas propriedades cicatrizante, anestésica, antitérmica e anti-inflamatórias. Sobretudo para o tratamento de queimaduras.
Vassourinha de Botão	<i>Spermacoce verticillata</i>	O chá é um ótimo remédio natural para asma devido às suas propriedades expectorantes.

Fonte: Soares, 2024.

As ervas, raízes e folhas são utilizadas com sabedoria para tratar diversas enfermidades. O conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas é uma

³ Ritual comum a várias etnias do Nordeste brasileiro, como os Pankararu, Pankararé, Kariri-Xocó, Xukuru-Kariri, Potiguara, Geripancó e Fulni-ô. Trata-se de uma manifestação cultural de grande importância para os indígenas, envolvendo tradição, música, religiosidade e brincadeira. (Brasil/FUNAI, 2022).

herança cultural que é valorizada e preservada, tornando-se um elemento central na relação dos potiguaras com o território e com suas tradições.

Entre as espécies identificadas, destacam-se árvores notáveis, como o Pau-ferro (*Caesalpinia leiostachya*), o Jatobá (*Hymenaea courbaril*) e a Sucupira (*Bowdichia virgilioides*). No que diz respeito à fauna, é importante ressaltar a presença significativa de animais, como o Macaco-prego (*Sapajus*), o Macaco-guariba (*Alouatta belzebul belzebul*), a Cutia (*Dasyprocta azarae*), o Papa-mel (*Eira barbara*) e o Tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*). A preservação desses elementos naturais é considerável para a manutenção do ecossistema local e para a identidade cultural da aldeia, que se sente intimamente ligada a esses seres vivos.

É válido destacar ainda que, a comunidade afirma que o contato com a natureza também proporciona benefícios significativos para a qualidade de vida na aldeia. As práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais promovem um bem-estar físico e mental, que é essencial para a saúde e a felicidade dos membros da comunidade.

Dessa maneira, as potencialidades da aldeia Sagi Jacu revelam uma rica diversidade de práticas, saberes e conexões. A combinação de um modo de vida sustentável, a valorização da cultura indígena e a preservação da biodiversidade oferece um modelo de resistência e resiliência que é notável. Essas características não apenas garantem a sobrevivência da aldeia, mas também ressaltam a importância de uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e o meio ambiente, traçando um caminho que pode servir de inspiração para outras comunidades e para a sociedade em geral. A trajetória da aldeia, marcada por lutas e conquistas, é um testemunho de como as potencialidades do território podem ser reconhecidas, cultivadas e valorizadas em prol de um futuro melhor.

A aldeia Jacu compartilhou segmentos de sua história, abrangendo desde a ocupação do território até as contínuas lutas enfrentadas por seu povo. A representação cartográfica, expressa através do mapa participativo, é apresentada na Figura 2, oferecendo uma visão geral do território ocupado pela aldeia. Além disso, a Figura 3 ilustra uma compilação de locais com potencialidades e problemas socioambientais.

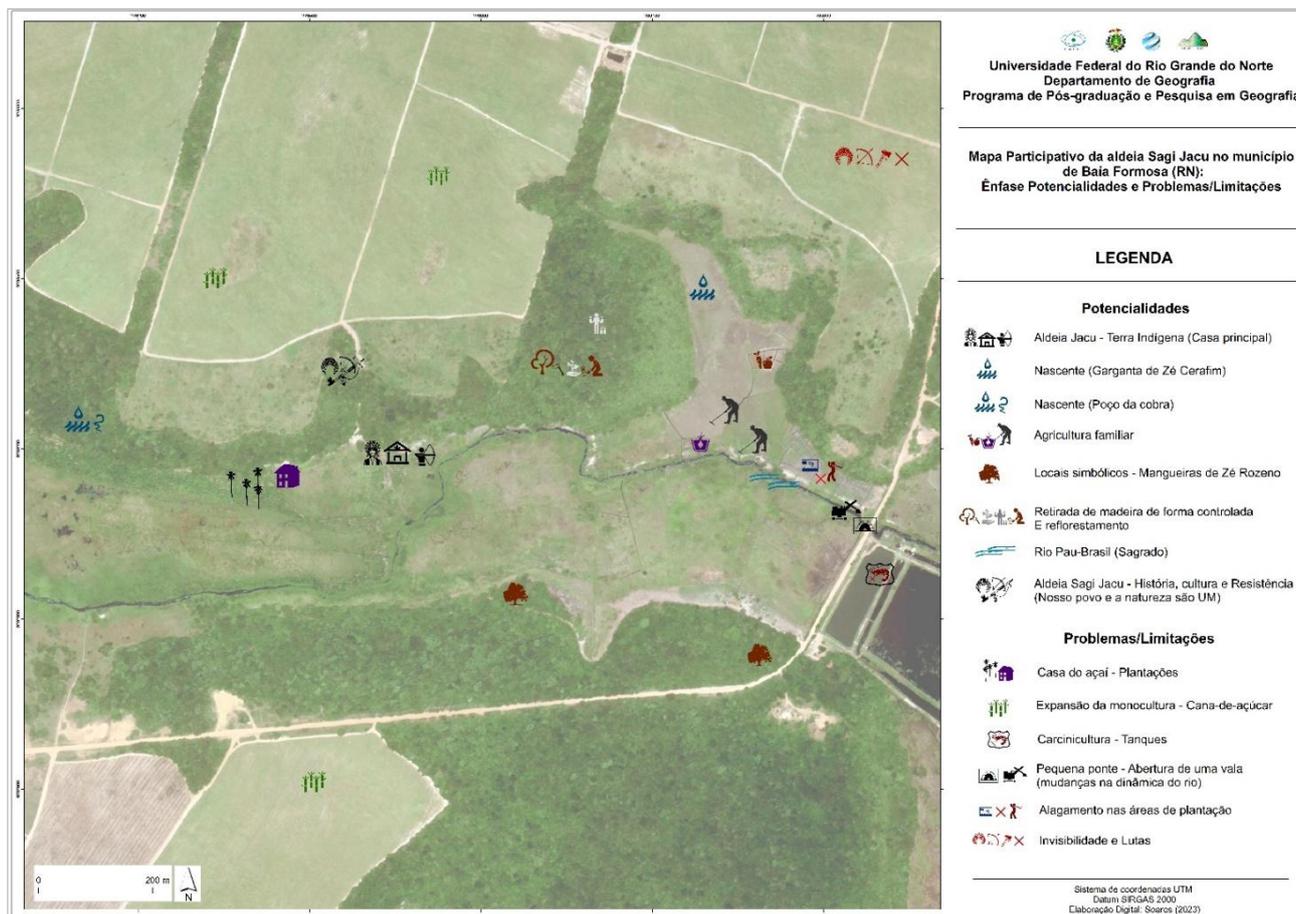


Figura 2 – Mapa Participativo Aldeia Sagi Jacu: Ênfase Potencialidades e Problemas/Limitações

Fonte: Soares, 2024.

No que se refere à segunda pergunta norteadora da Cartografia Social, denominada "o que queremos?", a aldeia Sagi Jacu apresenta um objetivo central que transcende a demarcação de seu território. A demarcação é entendida como uma condição essencial para o pleno reconhecimento da existência da comunidade enquanto grupo indígena, possibilitando o fortalecimento de sua história e identidade cultural. Nesse sentido, a busca pela demarcação não é apenas uma questão de delimitação física, mas um ato de afirmação e resistência frente a um histórico de invisibilidade e deslegitimação.

Além disso, a aldeia aspira transformar-se em um centro de visitação, fundamentando-se no conceito de turismo comunitário. Essa iniciativa visa gerar novas fontes de renda e criar um espaço para o intercâmbio cultural e a valorização do saber indígena. Ao integrar-se aos circuitos turísticos do estado do Rio Grande do Norte, a aldeia busca posicionar-se como um ponto focal para o ecoturismo, no qual visitantes podem experimentar de forma autêntica a cultura e as tradições locais.



Figura 3 – Exemplos de Potencialidade e Problemas/limitações elencados na Aldeia Sagi Jacu

Fonte: Soares, 2024.

O ecoturismo quando conduzido de maneira responsável, tem o potencial de promover a conservação ambiental e a valorização da biodiversidade, ao mesmo tempo em que propicia à comunidade a oportunidade de compartilhar sua herança ancestral, por meio da divulgação de conhecimentos tradicionais e técnicas de manejo sustentável dos recursos naturais. A aldeia pretende fomentar o desenvolvimento econômico, fortalecer a identidade cultural e a autoestima dos seus membros, transformando a relação com o ambiente em uma oportunidade de aprendizado mútuo. Ao refletir sobre “como podemos melhorar?”, que é o terceiro eixo da Cartografia Social, foi elaborado coletivamente o Quadro 2, que sintetiza as demandas e estratégias para mitigar os problemas identificados e otimizar o uso das potencialidades locais.

Quadro 2 – Avançando Juntos: Propostas coletivas de melhorias para aldeia Sagi Jacu

DEMANDAS	ESTRATÉGIAS	ATUAÇÃO
Infraestrutura básica	Implementar sistemas de abastecimento de água e eletricidade.	Gestão municipal.
Preservação ambiental e gestão de recursos naturais	A aldeia Sagi Jacu está localizada em uma área de grande riqueza natural. É necessário implementar práticas de conservação ambiental, como reflorestamento, recuperação de nascentes e manejo sustentável dos recursos naturais. Isso pode ser feito por meio de programas de educação ambiental e parcerias com organizações especializadas.	Aldeia, gestão municipal, instituições de ensino, organizações governamentais e não governamentais.
Valorização da cultura indígena	Promover a preservação e valorização da cultura indígena por meio do incentivo à realização de rituais, como o toré, e práticas tradicionais, como pinturas corporais e danças. Isso pode ser feito por meio de festivais culturais e atividades turísticas que envolvam a participação e o respeito à comunidade indígena.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Fortalecimento da agricultura familiar	Apoiar e fortalecer a agricultura familiar na aldeia, fornecendo assistência técnica, capacitação e acesso a recursos financeiros. Isso pode incluir o estabelecimento de cooperativas agrícolas, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e o incentivo ao cultivo de produtos orgânicos e agroecológicos.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Desenvolvimento do ecoturismo	Explorar o potencial turístico da região, destacando as belezas naturais e a cultura indígena. Promover trilhas ecológicas, passeios guiados pela aldeia, vivências culturais e a comercialização de artesanato indígena. É importante que o turismo seja realizado de forma sustentável, respeitando a integridade cultural e ambiental da comunidade.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Manejo sustentável dos recursos naturais	Fortalecer o manejo sustentável dos recursos naturais presentes na aldeia, como a madeira utilizada na construção das casas. Isso pode incluir o estabelecimento de planos de manejo florestal com base no conhecimento tradicional indígena, a utilização de técnicas de reflorestamento e a conscientização sobre a importância da preservação dos ecossistemas locais.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Valorização da medicina tradicional	Reconhecer e valorizar os conhecimentos ancestrais na medicina tradicional indígena. Isso pode ser feito por meio da promoção de intercâmbios de conhecimentos com profissionais de saúde, a criação de espaços para a prática da medicina tradicional e a divulgação dos benefícios e usos das plantas medicinais.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Conservação da biodiversidade	Implementar medidas de conservação da biodiversidade local, como a criação de áreas de proteção ambiental, o monitoramento da fauna e flora e a promoção de programas de educação ambiental voltados para a preservação dos ecossistemas presentes na aldeia.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Fomento da economia local	Apoio ao desenvolvimento de cooperativas, incentivo à produção de alimentos e produtos artesanais, além da criação de redes de comercialização que valorizem os produtos locais.	Aldeia e gestão municipal.
Fortalecimento da organização comunitária	É essencial fortalecer a organização comunitária e a participação dos membros da aldeia na tomada de decisões. Isso pode ser alcançado por meio da criação de associações locais. Além disso, é importante estabelecer parcerias com instituições governamentais e não governamentais para obter apoio técnico e recursos financeiros.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.
Programas de capacitação comunitária	Desenvolvimento de programas de capacitação comunitária que ofereçam treinamentos básicos em áreas como agricultura sustentável, manejo de recursos naturais, higiene e saúde, permitindo que os membros da aldeia adquiram habilidades práticas e conhecimentos para melhorar sua qualidade de vida.	Aldeia, gestão municipal, organizações governamentais e não governamentais.

Fonte: Organizado pela autora, 2024.

As propostas delineadas no Quadro 2 não são apenas uma lista de ações desejadas, elas representam um compromisso da aldeia Sagi Jacu com a sua autossuficiência e a preservação de sua identidade cultural. A demarcação do território é, portanto, o primeiro passo em um processo mais amplo. É fundamental que os esforços para atender a essas demandas sejam realizados de maneira integrada e participativa, considerando as interdependências entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A valorização da cultura indígena e a promoção do turismo comunitário, por exemplo, não devem ocorrer em detrimento da proteção dos recursos naturais. A implementação de práticas de manejo sustentável deve acompanhar o crescimento do ecoturismo, assegurando que a exploração dos recursos não comprometa a integridade ambiental da aldeia. Além disso, o fortalecimento da organização comunitária é essencial para garantir que as vozes de todos os membros da aldeia sejam ouvidas e respeitadas no processo de tomada de decisão.

Por fim, seria valioso que a gestão municipal e as organizações parceiras considerassem a autonomia da aldeia, buscando estabelecer uma colaboração efetiva com a comunidade e reconhecendo a riqueza de seus saberes e práticas tradicionais. A transformação social tende a florescer em contextos nos quais as comunidades se sentem empoderadas a moldar seu próprio futuro, desenvolvendo estratégias e soluções que refletem suas realidades e aspirações. Assim, o caminho para um futuro sustentável e inclusivo na aldeia Sagi Jacu pode se fortalecer por meio da valorização de seu conhecimento ancestral e do apoio à sua luta contínua por reconhecimento e direitos territoriais.

É importante destacar que, embora a pesquisa tenha revelado um conjunto significativo de desafios enfrentados pela comunidade indígena estudada, especialmente no que tange à luta pelo território e ao impacto das atividades econômicas externas, algumas limitações precisam ser reconhecidas. O tempo limitado para a coleta de dados e as dificuldades logísticas restringiram uma análise mais aprofundada de certas dimensões ambientais, sociais e culturais, o que sugere que aspectos importantes podem não ter sido completamente explorados.

Outra limitação está no escopo geográfico restrito do estudo. Ao focar exclusivamente na comunidade Sagi Jacu, a pesquisa não permite uma generalização ampla dos resultados para outras comunidades indígenas ou tradicionais da região. Investigações futuras poderiam adotar uma abordagem comparativa, examinando diferentes grupos em áreas com características semelhantes, a fim de verificar se os

mesmos desafios e impactos ocorrem em outros contextos. Isso permitiria uma compreensão mais abrangente dos efeitos das pressões externas sobre os territórios indígenas.

Além disso, para pesquisas futuras, seria pertinente realizar estudos de médio e longo prazo, possibilitando o acompanhamento contínuo das transformações na aldeia após a implementação das estratégias propostas. Estudos que integrem metodologias diversas, como a triangulação com dados quantitativos, poderiam ampliar a compreensão dos impactos socioambientais e econômicos na comunidade. Propostas de empoderamento comunitário, associadas à criação de mecanismos de compensação por danos ambientais e territoriais, também poderiam ser exploradas como formas de garantir a preservação dos direitos das comunidades indígenas. Esse diálogo entre saberes tradicionais e práticas institucionais tem o potencial de promover a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida na comunidade indígena Sagi Jacu revelou um panorama complexo dos desafios enfrentados pela população e destacou o papel significativo da Cartografia Social como ferramenta de espacialização de fenômenos, empoderamento e reivindicação de direitos territoriais. A CS vai além de um instrumento de representação espacial, ela se configura como um espaço de diálogo e colaboração entre os saberes tradicionais da comunidade e as práticas institucionais. Nesse sentido, a aplicação dessa abordagem proporciona uma compreensão mais rica e contextualizada das realidades locais, permitindo que as vozes de grupos pouco ouvidos sejam consideradas e respeitadas.

Os resultados obtidos ressaltam a importância da infraestrutura básica, da preservação ambiental e da valorização da cultura indígena como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável da aldeia. O mapeamento participativo possibilitou que a comunidade identificasse suas próprias demandas e potencialidades, buscando contribuir para promoção de auto-organização e autonomia na tomada de decisões. Essa prática não só engaja a comunidade no processo de mapeamento, mas também fomenta a reflexão crítica sobre seu território e as relações sociais que nele se estabelecem.

As estratégias delineadas para o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento do ecoturismo e o fortalecimento de práticas de manejo sustentável, articuladas pelo grupo através da Cartografia Social, buscam contribuir para a melhoria da

qualidade de vida na aldeia, a preservação da biodiversidade local e preservação dos saberes ancestrais. Ao integrar conhecimentos tradicionais e científicos, possibilita a construção de planos de manejo que respeitem a capacidade de suporte do meio e as necessidades humanas.

A demarcação do território se revela como um passo essencial para o empoderamento da comunidade, possibilitando uma reivindicação mais efetiva de seus direitos e a construção de um futuro mais justo e igualitário. A colaboração entre a aldeia, a gestão municipal e organizações parceiras deve ser pautada pelo respeito à autonomia da comunidade e pela valorização de sua história. É importante que a implementação das estratégias propostas ocorra de forma integrada e sustentável, evitando que o crescimento do turismo e da exploração de recursos comprometam a integridade cultural e ambiental da aldeia Sagi Jacu.

As limitações identificadas ao longo da pesquisa, como o escopo geográfico restrito e a necessidade de estudos de médio e longo prazo, sinalizam a importância de abordagens comparativas em investigações futuras. A prática da Cartografia Social, ao integrar os conhecimentos locais e promover o diálogo entre a comunidade e as instituições, se constitui em uma estratégia poderosa para a transformação social.

A utilização de ferramentas cartográficas que consideram não apenas as dimensões espaciais, mas também as narrativas e experiências, proporciona um entendimento mais profundo das relações sociais e culturais em diferentes escalas e contextos. Esse processo de mapeamento colaborativo não só documenta o uso e a ocupação do território, mas também valida as experiências e as histórias de vida dos membros da comunidade.

Além disso, a metodologia apresentada neste estudo possui um potencial significativo para ser reaplicada em outros contextos, respeitando as particularidades de cada local. Cada comunidade possui suas dinâmicas sociais, culturais e ambientais específicas, e a adaptação da Cartografia Social a essas singularidades pode resultar em resultados ainda mais expressivos, promovendo a afirmação do território. Essa flexibilidade permite que outras aldeias se beneficiem das práticas de mapeamento participativo, contribuindo para a luta por direitos territoriais, a valorização da cultura e a promoção da justiça ambiental e social.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social, terra e território**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. 320p.

ACSELRAD, H. O zoneamento Ecológico-econômico e a multiplicidade de ordens socioambientais na Amazônia. **Revista Novos Cadernos**, v.3, n.2, 2000. p. 1-15.

ACSELRAD, H.; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008. cap 1. p. 13-43.

ALBAGLI, S. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. In: MOREIRA, E. *et al.*, I Seminário Saber Local/Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2003. Belém. **Anais**. Belém, 2005. p. 1-27.

ALMEIDA, B. F. M. A. **Cartografia social e conflitos territoriais no assentamento Sabiaguaba, Ceará, Brasil**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R. A. M. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. In: AMOROZO, M. C. M *et al.*, (orgs.). Método de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. I Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste., 2002, Rio Claro. **Anais**. CNPq/UNESP. 2002. p.189-206.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Cadernos de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p.142-144. 1972.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Conheça o Toré, ritual de diferentes etnias do Nordeste do país**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/conheca-o-tore-ritual-de-diferentes-etnias-do-nordeste-do-pais>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 5 jan. 2024.

CAVIGNAC, J. A.; ALVEAL, C. **GUIA CULTURAL INDÍGENA RIO GRANDE DO NORTE**. 2020. 1. ed. Natal: Flor do Sal, 2019. 130p.

COSTA, N. O.; GORAYEB, A.; PAULINO, P. R. O.; SALES, L. B.; SILVA, E. V. Cartografia Social uma Ferramenta para a Construção do Conhecimento Territorial: Reflexões Teóricas acerca das Possibilidades de Desenvolvimento do Mapeamento Participativo em Pesquisas Qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial V CBEAGT, 2016. p.73-86. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/3820>. Acesso: 5 jan. 2021.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V (org.). **Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

LANDIM NETO, F. O.; SILVA, E. V; COSTA, N. O. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral (CE), v. 18, n. 2, set., p. 56-70, 2016.

MENEZES, A. L. T. **A alegria do corpo-espírito saudável: ritos de aprendizagem guarani**, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7501>. Acesso em: 04 ago. 2023.

NATIONAL GEOGRAPHIC (Brasil). **O que é Abya Yala, o nome dado ao continente americano?** 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/08/o-que-e-abya-yala-o-nome-dado-ao-continente-americano>. Acesso em: 30 ago. 2023.

QUADROS, N. V. V.; FACCO, A. A.; SANTOS, D. T. G. **POVOS INDÍGENAS, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: ALTERNATIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030**. 2022. Disponível em: <https://revistaanais.unicruz.edu.br/index.php/inter/article/view/1305>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PERALTA, A. **A agroecologia kaiowá: tecnologia espiritual e bem viver, uma contribuição dos povos indígenas para a educação**. Movimentação. Mato Grosso do Sul. v. 4, n. 6, p. 01-19, 2017.

PRAÇA, F. S. G. METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E OS DESAFIOS PARA REDIGIR O TRABALHO DE CONCLUSÃO. **Diálogos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.72-87. 2023.

PRIBERAM DICIONÁRIO (Brasil). **Vala**. 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/vala>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, K. C. C.; NUNES FILHO, M. S. A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO MANEJO DO PIRARUCU NA AMAZÔNIA. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Brasília, v.2, n.1, p. 242-258. 2016.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: 1. ed. UFRGS Ed. ULBRA, 2008. p. 47-60.

SILVA, G. C.; MORAES, M, A, S.; SILVA, R. B.; GORAYEB, A. A Compreensão Do Território Através da Cartografia Social para Identificação de Conflitos Socioambientais em Comunidades Tradicionais Costeiras no Ceará, Brasil. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, n. 2, p. 53-66, 2021.

SOARES, L. G. **Paisagem, comunidade e território: diálogos de saberes e mapeamento participativo em baía formosa (RN)**. 2024. 189 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

VÁZQUEZ, A.; MASSERA, C. Repensando la geografía aplicada a partir de la cartografía social. In: TETAMANTI, M. D (org.). **Cartografía social: investigaciones e intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación**. 1. ed. Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia, 2012. cap 6, p. 95-108.

Recebido: 09/05/2024

Aceito: 26/10/2024